



SCHULZ S/A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E** **CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 42300008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade e suas controladas tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 29 de janeiro de 2021.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2020	31/12/2019
Schulz Compressores Ltda	Brasil	99,99%	99,99%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira


Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02(R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- Conversão de controladas indiretas no exterior

Os ativos e passivos de controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela



taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste Acumulados de Conversão, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas de créditos esperadas). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

3.10 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.


As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.11 Imobilizado

A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, A Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. Concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.



Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.12 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.13 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.



3.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.18 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.21 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.


As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- 
- a) Perdas de crédito esperados que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
 - b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
 - c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
 - d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
 - e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.23 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 39, a Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 40(R1), a Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 48 e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil passiva de US\$ 6,5 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 604 de 19 de novembro de 2009, com o objetivo de garantir a margem (lucratividade) de algumas exportações pontuais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio da deliberação nº 684/12, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis em contratos de financiamentos e aplicações financeiras:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida					
Descrição	Risco	31/12/2020 R\$ Mil	Cenário Provável R\$ Mil	Cenário Adverso I R\$ Mil	Cenário Adverso II R\$ Mil
Ativos					
Clientes no Mercado Externo	Baixa do Dólar	107.362	111.562	116.727	118.793
Caixa/Bancos - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	140.983	146.498	153.280	155.993
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	186.138	193.420	202.375	205.957
Total		434.483	451.480	472.382	480.743
Passivos					
Dívida Bancária	Alta do Dólar	467.872	486.176	508.684	517.687
Outros Passivos	Alta do Dólar	511	531	556	566
Total		468.383	486.707	509.240	518.253
Exposição Líquida Passiva - R\$ Mil	Alta do Dólar	(33.900)	(35.227)	(36.858)	(37.510)
Exposição Líquida Passiva - US\$ Mil	Alta do Dólar	(6.523)	(6.523)	(6.523)	(6.523)
Taxa Dólar		5,1967	5,4000	5,6500	5,7500

Para o cenário provável, estimamos uma desvalorização do real frente ao dólar para um horizonte de 03 meses. Somente será realizado prejuízo, se o real se desvalorizar, conforme demonstrado nos cenários adversos I e II.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis									
Descrição	Risco	% a.a 31/12/2020	31/12/2020 R\$ Mil	Cenário I (Provável)		Cenário II (Possível)		Cenário III (Remoto)	
				% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	2,76%	90.305	2,50%	(235)	1,88%	(799)	1,25%	(1.364)
Financiamentos	Alta CDI	2,76%	(139.861)	2,50%	364	3,13%	(510)	3,75%	(1.385)
Financiamentos	Alta Libor(6M)	1,72%	(339.401)	1,70%	68	2,13%	(1.375)	2,55%	(2.817)
Financiamentos	Alta TJLP	4,39%	(74.310)	4,39%	-	5,49%	(816)	6,59%	(1.631)
Financiamentos	Alta Selic	2,00%	(2.769)	1,70%	8	2,13%	(3)	2,55%	(15)
Total Impacto sobre as Despesas/Receitas Financeiras Líquidas					205		(3.503)		(7.212)

As taxas para o cenário I (Provável) estão demonstradas para um horizonte de 03 meses (31.03.2021). Consideramos uma deterioração de 25% para as taxas do cenário II e 50% para as taxas do cenário III.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	4	6	17
Bancos Conta Movimento	16.534	5.294	25.775	6.270
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	115.056	19.012	140.983	29.570
Aplicação Financeira	78.798	103.104	90.305	122.329
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	186.138	153.922	186.138	158.442
Total	396.527	281.336	443.207	316.628

As aplicações financeiras em reais, estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB), Operações Compromissadas que tem seu rendimento atrelado ao CDI e a fundo de investimentos.

As aplicações em dólar estão lastreadas em papéis de renda fixa e variável, indicadas e administradas pelo Banco Safra e Citibank.

NOTA 6 - CLIENTES

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Receber de Clientes Interno	102.419	77.294	221.088	174.004
Contas a Receber de Clientes Externo	77.088	68.111	107.362	88.126
Contas a Receber de Empresas Ligadas	5.136	2.135		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(2.657)	(2.876)	(7.467)	(6.555)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(632)	(580)	(1.557)	(1.457)
Vendor	268	295	761	395
Contas a Receber de Clientes	181.622	144.379	320.187	254.513
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos de 1 a 30 dias	13.132	13.457	16.097	19.721
Vencidos de 31 a 60 dias	193	3.675	1.446	4.875
Vencidos de 61 a 180 dias	1.063	212	1.870	1.846
Vencidos acima de 181 dias	3.581	3.456	8.225	7.988
A vencer em até 3 meses	166.055	119.962	260.414	190.010
A vencer mais de 3 meses	887	7.073	41.159	38.085
Contas a Receber de Clientes	184.911	147.835	329.211	262.525
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais	107.823	79.724	221.849	174.399
US\$	64.696	60.779	94.970	80.794
Euro	12.392	7.332	12.392	7.332
Total	184.911	147.835	329.211	262.525

NOTA 7 – ESTOQUES

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos Acabados	32.640	34.937	50.285	50.906
Impairment de Produtos Acabados	(5.762)	(5.324)	(6.843)	(6.464)
Produtos em Elaboração	27.269	26.916	24.666	26.132
Matéria-Prima	20.117	20.890	46.553	40.567
Materiais Consumo Produção	11.435	10.484	12.736	11.285
Consignação	28.106	30.664	28.126	30.716
Revenda	10.648	9.528	44.005	45.918
Adiantamentos a Fornecedores	203	2.442	16.102	10.952
Outros Estoques	17.960	9.184	19.701	9.453
Total	142.616	139.721	235.331	219.465

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a Recuperar	8.583	12.234	9.438	12.824
IPI a Recuperar	2.405	1.097	3.282	1.464
PIS/COFINS a Recuperar	1.264	216	1.264	216
IRPJ/CSLL	19.425	22.050	19.505	23.382
IRRF s/ Aplicação Financeira	39	296	56	320
Reintegra	1.380	111	1.396	120
Ação Judicial Exclusão ICMS - Base PIS/COFINS	119.393		119.393	
Outros Impostos		19.039	616	19.039
Parcela Circulante	152.489	55.043	154.950	57.365
Impostos Diferidos (Nota 18)		3.095	5.948	6.871
ICMS a Recuperar	3.953	5.825	4.706	6.339
Parcela Não Circulante	3.953	8.920	10.654	13.210
Total	156.442	63.963	165.604	70.575

- a) A Companhia teve a Ação Judicial da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS com trânsito em julgado, com resultado favorável, portanto, não há mais recursos, da Ação Ordinária nº 5006579- 88.2019.4.04.7201, ajuizada em face da União Federal. A Companhia já realizou junto a RFB a habilitação ao crédito, assim, o valor já está disponível para compensação com tributos federais. O Valor total do crédito é de R\$ 119.393 mil, sendo R\$ 66.019 mil de principal e R\$ 53.374 mil de atualização monetária.

NOTA 9 – DIREITO DE USO

DIREITO DE USO - Controladora			DIREITO DE USO - Consolidado		
Descrição	Imóveis	Total	Descrição	Imóveis	Total
Taxa Depreciação	33,33%		Taxa Depreciação	33,33%	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.695	4.695	Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.696	6.696
Depreciação	-	-	Depreciação	(553)	(553)
Baixa pela Aquisição	(4.695)	(4.695)	Baixa pela Aquisição	(6.092)	(6.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	Saldo em 31 de dezembro de 2020	51	51
Custo	-	-	Custo	1.841	1.841
Depreciação	-	-	Depreciação	(1.790)	(1.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	Saldo em 31 de dezembro de 2020	51	51

9.1 Passivo de Arrendamento

Passivo de Arrendamento- Consolidado - 31/12/2020			
Arrendamentos	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente	Total
Locação Imóveis	60	(4)	56
Total	60	(4)	56
Parcela Circulante	38	(3)	35
Parcela Não Circulante	22	(1)	21
Total	60	(4)	56

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em Sociedades Controladas	272.940	212.360		
Propriedades para Investimento	20.354	10.650	20.354	10.650
Total	293.294	223.010	20.354	10.650

10.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2019									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	301.018	88.658	212.360	265.895	14.334	99,99%	14.334	212.360
Em 31 de dezembro de 2020									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	406.987	134.047	272.940	336.798	33.334	99,99%	33.334	272.940

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1

10.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.650
Transferência	5.439
Valor Justo	4.265
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.354

Em setembro de 2020, a companhia reclassificou por transferência um terreno que estava contabilizado no ativo imobilizado para propriedade para investimento, incluindo esse terreno aos demais terrenos já classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2020, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento	Juros Inv. Imobilizado
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	2,5% a 33%		
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	45.114	141.693	433.018	8.820	1.594	122.312	13.882	5.720	63.312	835.465
Depreciação Acumulada		(53.528)	(236.688)	(5.704)	(1.195)	(78.760)	(10.329)	(3.800)		(390.004)
Valor contábil líquido	45.114	88.165	196.330	3.116	399	43.552	3.553	1.920	63.312	445.461
Adições	2.288	28.312	1.900	25		45	14		33.719	70.282
Transferências	101	9.013	35.179	268		9.521	1.773	506	(62.293)	(5.932)
Transferências Depreciação			(35)	30		4		1		
Baixas			(2.733)	(140)		(2.867)	(418)	(150)	(902)	(7.210)
Depreciação		(4.287)	(20.690)	(632)	(312)	(8.429)	(1.233)	(423)		(36.053)
Baixas da Depreciação			2.197	118		2.818	399	105		5.637
Saldo Final	47.503	121.203	212.148	2.785	87	44.644	4.088	1.959	33.836	472.185
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	47.503	179.018	467.364	8.973	1.594	129.011	15.251	6.076	33.836	892.605
Depreciação Acumulada		(57.815)	(255.216)	(6.188)	(1.507)	(84.367)	(11.163)	(4.117)		(420.420)
Valor contábil líquido	47.503	121.203	212.148	2.785	87	44.644	4.088	1.959	33.836	472.185

Imobilizado	Consolidado									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento	Juros Inv. Imobilizado
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	2,5% a 33%		
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	46.939	142.516	485.900	11.147	3.482	137.513	16.139	11.521	72.052	927.209
Depreciação Acumulada		(53.529)	(267.272)	(7.189)	(2.608)	(88.270)	(11.491)	(7.859)		(438.218)
Valor contábil líquido	46.939	88.987	218.628	3.958	874	49.243	4.648	3.662	72.052	488.991
Adições	18.702	45.457	2.170	135		45	14		48.878	119.813
Transferências	101	19.981	38.349	298		10.343	1.967	895	(77.858)	(5.924)
Transferências Depreciação			(53)	30		22		1		
Varição Cambial	528		336	123	69				1.427	2.483
Varição Cambial Depreciação			(158)	(16)	(21)					(195)
Baixas			(4.375)	(227)		(2.991)	(622)	(226)	(1.525)	(9.966)
Depreciação		(4.655)	(22.515)	(850)	(424)	(9.456)	(1.536)	(746)		(40.232)
Baixas da Depreciação			3.621	195		2.930	601	162		7.509
Saldo Final	66.270	149.770	236.003	3.646	498	50.136	5.072	3.748	42.974	562.479
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	66.270	207.954	522.380	11.476	3.551	144.910	17.498	12.190	42.974	1.033.615
Depreciação Acumulada		(58.184)	(286.377)	(7.830)	(3.053)	(94.774)	(12.426)	(8.442)		(471.136)
Valor contábil líquido	66.270	149.770	236.003	3.646	498	50.136	5.072	3.748	42.974	562.479

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “in loco”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;

- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 33.645 mil (R\$ 29.306 mil em 31 de dezembro 2019), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 286 mil (R\$ 254 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 2.122 mil (R\$ 2.083 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 37.123 mil (R\$ 32.243 mil em 31 de dezembro 2019), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 953 mil (R\$ 514 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 2.156 mil (R\$ 2.103 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 51.552 mil (R\$ 27.641 mil em 31 de dezembro de 2019), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora				Intangível	Consolidado							
	Intangível Andamento	Programas de Computador	Juros Inv. Intangível	Total		Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	Juros Inv. Intangível	Total
Taxas anuais de amortização	0%	8 a 20%	8 a 20%		Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	8 a 20%	
Em 31 de dezembro de 2019					Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	89	10.393		10.482	Custo	26	100	3.015	23.958	12.267	556		39.922
Amortização Acumulada		(8.115)		(8.115)	Amortização Acumulada		(83)		(11.967)	(9.444)			(21.494)
Valor contábil líquido	89	2.278		2.367	Valor contábil líquido	26	17	3.015	11.991	2.823	556		18.428
Adições	890		20	910	Adições			3.811				580	4.391
Transferências	(24)	517		493	Transferências			(467)	408	544			485
Baixas	(48)	(236)		(284)	Baixas			(214)	(592)	(240)		(1)	(1.047)
Amortização		(635)		(635)	Amortização				(1.501)	(735)		(3)	(2.239)
Baixa Amortização		235		235	Baixa Amortização				409	239			648
Saldo Final	907	2.159	20	3.086	Saldo Final	26	17	6.145	10.715	2.631	556	576	20.666
Em 31 de dezembro de 2020					Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	907	10.674	20	11.601	Custo	26	100	6.145	23.774	12.571	556	579	43.751
Amortização Acumulada		(8.515)		(8.515)	Amortização Acumulada		(83)		(13.059)	(9.940)		(3)	(23.085)
Valor contábil líquido	907	2.159	20	3.086	Valor contábil líquido	26	17	6.145	10.715	2.631	556	576	20.666

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 174 mil (R\$ 157 mil em 31 de dezembro de 2019), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 461 mil (R\$ 539 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1.542 mil (R\$ 1.620 mil em 31 de dezembro de 2019), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 697 mil (R\$ 572 mil em 31 de dezembro de 2019) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 13 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, A Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
Em 31 de dezembro de 2019	(3.456)	(5.324)	(8.012)	(6.464)
Constituições (resultado)	(2.137)	(6.393)	(4.106)	(7.760)
Reversões (resultado)	2.304	5.955	3.094	7.381
Em 31 de dezembro de 2020	(3.289)	(5.762)	(9.024)	(6.843)

NOTA 14 – FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	97.619	48.948	123.095	58.002
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	3.196	1.224	511	(129)
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	223	185		
Total a pagar Curto Prazo	101.038	50.357	123.606	57.873
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	13.893	25.718	13.893	25.718
Total a pagar Longo Prazo	13.893	25.718	13.893	25.718
Total a Pagar Fornecedores	114.931	76.075	137.499	83.591
Aging List Contas a Pagar	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A Vencer em até 3 meses	74.741	38.011	91.423	45.490
A vencer de 3 meses a 1 ano	26.297	12.346	32.183	12.383
A vencer mais de 1 ano	13.893	25.718	13.893	25.718
Contas a Pagar a Fornecedores	114.931	76.075	137.499	83.591
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais	111.735	74.851	136.988	83.720
US\$	3.196	1.049	382	(562)
Euro		175	129	433
Contas a Pagar a Fornecedores	114.931	76.075	137.499	83.591

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações Sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Férias e 13º Salário	10.401	8.341	13.086	11.872
Programa Participação Resultado	18.245	15.508	26.503	18.021
INSS / FGTS	4.968	5.174	5.893	6.212
Salários a Pagar	5.410	3.836	6.328	4.795
Outras Obrigações Sociais	81	350	186	514
Total	39.105	33.209	51.996	41.414

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ / CSLL (Nota 18)	22.265	23	22.341	426
IPI / PIS / COFINS	9	152	104	806
Obrigações Tributárias Estaduais	1.067	335	2.492	1.548
Obrigações Tributárias Municipais	70	77	96	88
Outras Obrigações Tributárias Federais	2.646	2.028	3.212	2.665
Refis PERT (Nota 16.1)	1.283	1.240	1.283	1.240
Obrigações Tributárias Curto Prazo	27.340	3.855	29.528	6.773
Refis PERT (Nota 16.1)	10.257	11.257	10.257	11.257
Obrigações Tributárias Longo Prazo	10.257	11.257	10.257	11.257
Total Obrigações Tributárias	37.597	15.112	39.785	18.030

16.1 PERT (PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA Lei nº 13.496/2017) – PRAZO 145 MESES

A empresa aderiu ao parcelamento dos débitos junto à União Federal de acordo com a Lei 13.496/2017, e saldo será amortizado em 109 meses.

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos (Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado		
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
					Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	2,70 a 2,94% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	-	16.314	-	16.314	
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	0,98% a.a	Sem Garantia	Euro	Pré-Fixada	11.586	-	11.586	-	
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	4.916	4.426	4.916	4.426	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	450	882	450	882	
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	3.802	2.149	3.802	2.149	
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.275	992	1.275	992	
Exportação-NCE	113% a 114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	33.225	17.515	33.225	17.515	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	-	13.850	-	13.850	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.956	1.841	1.956	1.841	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	14	17	14	17	
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.136	1.293	1.136	1.293	
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	6.940	2.053	7.280	2.193	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	30	104	13.929	10.404	
FINIMP	4,94% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	3.522	-	25.994	-	
FINIMP	4,18% a.a	Sem Garantia	Euro	Pré-Fixada	234	-	710	-	
FINEX	3,5% a.a	Carta de Crédito	Dólar	Pré-Fixada	335	-	335	-	
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	109.816	78.809	123.877	87.172	
Pré-Pgto. Export	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	20.301	21.469	20.301	21.469	
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	-	-	3.397	25.590	
Arrendamento / Direito de Uso(Nota 10.1)	-	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	-	2.095	35	3.174	
Total do Circulante					199.538	163.809	254.218	209.281	
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
					Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.975	5.781	2.975	5.781	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	-	450	-	450	
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	16.168	18.056	16.168	18.056	
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	-	576	-	576	
Exportação-NCE	113% a 114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	48.750	81.667	48.750	81.667	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	-	20.000	-	20.000	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	649	1.902	649	1.902	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	2.755	2.755	2.755	-	
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.198	2.329	1.198	2.329	
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	35.921	17.118	36.564	18.066	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	31.180	24.184	40.480	24.184	
FINEX	3,5% a.a	Carta de Crédito	Dólar	Pré-Fixada	34.162	-	34.162	-	
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	208.595	88.206	215.524	100.299	
Pré-Pgto. Export	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	34.188	48.547	34.188	48.547	
Arrendamento / Direito de Uso(Nota 10.1)	-	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	-	2.853	21	3.942	
Total do Não Circulante					416.541	311.669	433.434	325.799	
Total de Empréstimos e Financiamentos					616.079	475.478	687.652	535.080	
Escalonamento da Dívida					31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Em até 6 meses					107.051	90.669	140.226	129.479	
De 6 meses a 1 ano					92.487	73.140	113.992	79.802	
De 1 a 2 anos					132.624	165.689	141.355	179.202	
De 2 a 3 anos					198.570	91.485	199.540	91.845	
De 3 a 5 anos					69.061	49.773	70.523	50.001	
Acima de 5 anos					16.286	4.722	22.016	4.751	
Total de Empréstimos e Financiamentos					616.079	475.478	687.652	535.080	
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Reais - R\$		CP			72.740	67.590	76.512	94.399	
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			114.978	96.219	165.410	114.882	
Euro - EUR		CP			11.820	-	12.296	-	
Reais - R\$		LP			142.604	198.703	143.268	200.740	
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			273.937	112.966	290.166	125.059	
Total de Empréstimos e Financiamentos					616.079	475.478	687.652	535.080	
Dívida por Indexação					31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Taxas Pré-Fixadas					88.757	36.618	134.960	49.086	
Taxas Pós-Fixadas					527.322	438.860	552.692	485.994	
Total de Empréstimos e Financiamentos					616.079	475.478	687.652	535.080	

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ sobre diferenças temporárias		2.170	4.316	5.001
CSLL sobre diferenças temporárias		925	1.632	1.870
Total Ativo Não Circulante		3.095	5.948	6.871

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a recolher	16.273		16.373	315
IR Federal Filial EUA			(109)	(37)
CSLL a recolher	5.992	23	6.077	148
Total Passivo Circulante	22.265	23	22.341	426
IRPJ sobre diferenças temporárias	50.647	50.601	51.203	51.324
CSLL sobre diferenças temporárias	18.232	18.217	18.433	18.477
Total Passivo Não Circulante	68.879	68.818	69.636	69.801

18.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias							
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Direito de Uso	Prejuízo Fiscal Base Negativa	Juros s/ Investimento	Total
Em 31 de dezembro 2019	4.969	3.453	20.888	37.758	(86)	(1.259)		65.723
Constituição dos Tributos	3.637	1.450		1.317		(451)	1.359	7.312
Transferência					86			86
Baixa dos Tributos	(5.170)		(766)			1.710	(16)	(4.242)
Em 31 de dezembro 2020	3.436	4.903	20.122	39.075	0	0	1.343	68.879

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado							
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias							
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Direito de Uso	Base Negativa	Juros s/ Investimento	Total
Em 31 de dezembro 2019	1.988	3.453	20.888	38.003	(143)	(1.259)		62.930
Constituição dos Tributos	4.810	1.450		1.498	245	(451)	1.696	9.248
Transferência					144			144
Baixa dos Tributos	(9.289)		(766)	(23)	(248)	1.710	(18)	(8.634)
Em 31 de dezembro 2020	(2.491)	4.903	20.122	39.478	(2)	0	1.678	63.688

18.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão IRPJ	(18.940)	(5.928)	(27.996)	(8.136)
Provisão CSLL	(6.570)	(1.827)	(9.966)	(2.660)
Outras Receitas Tributárias - IRPJ/CSLL	1.714	22.969	3.507	25.098
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(7.008)	(4.921)	(8.713)	(5.977)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(2.774)	(1.771)	(3.212)	(2.140)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	5.154	6.571	8.489	7.448
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	1.963	2.365	3.165	2.682
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(26.461)	17.458	(34.726)	16.315

NOTA 19 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento na controladora e consolidada, de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível à Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 1.320 mil (R\$ 1.352 mil em 31 de dezembro de 2019) e são registrados no Realizável à Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2019	2.619
Reversão de provisões	(1.323)
Em 31 de dezembro de 2020	1.296

A Companhia possui passivos contingentes na controladora e consolidada, considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista e Previdenciária	7.231	5.196
Tributária	4.333	3.968
Ambiental	145	145
Cível	63	63
Total	11.772	9.372

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações realizadas com Empresas Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo	
	Contas a Receber de Clientes	
	31/12/2020	31/12/2019
Schulz Compressores Ltda (Nota 6)	5.136	2.135
Total	5.136	2.135
Parte Relacionada	Passivo	
	Fornecedores	
	31/12/2020	31/12/2019
Schulz Compressores Ltda (Nota 14)	223	185
Total	223	185
Parte Relacionada	Resultado(Receitas)	
	Receita de Vendas	
	31/12/2020	31/12/2019
Schulz Compressores Ltda (Nota 22)	1.775	3.780
Total	1.775	3.780
Parte Relacionada	Resultado(Custo)	
	Custo das Vendas	
	31/12/2020	31/12/2019
Schulz Compressores Ltda	(1.511)	(2.764)
Total	(1.511)	(2.764)

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

20.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participação Administradores Estatutários	4.832	4.810	4.832	4.810
Juros sobre Capital Próprio	11.168	130	11.168	130
Dividendos Controladores	6.678	2.156	6.678	2.156
Total	22.678	7.096	22.678	7.096

20.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05(R1) – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos Conselheiros	963	840	963	840
Remuneração Diretoria - Pro-labore	4.705	4.810	4.832	4.907
Participação da Administração	4.832	4.810	4.832	4.810
Total	10.500	10.460	10.627	10.557

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é composto por 89.343.695 ações, sendo 38.173.191 ações ordinárias e 51.170.504 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

21.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida nos artigos 31º ao 33º do Estatuto Social, o dividendo obrigatório é fixado em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a companhia provisionou no Passivo Circulante a título de remuneração de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$ 19.190 mil e dividendos no valor de R\$ 6.589 mil, sendo que os Juros sobre Capital Próprio nos valores de R\$ 8.170 mil foram pagos em 21/10/2020, R\$ 5.886 mil serão pagos em 26/02/2021 e R\$ 5.134 mil serão pagos em 31/03/2021, já os dividendos serão pagos após a deliberação da AGO.

Base para a distribuição de dividendos - 31/12/2020	
SCHULZ S.A. - Controladora	R\$ (Mil)
Lucro Líquido do Exercício	141.819
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(33.278)
Base de cálculo da Reserva Legal	108.541
(-) Reserva Legal - 5%	(5.427)
Valor de Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	103.114
Valor dividendo obrigatório 25%	25.779
Juros Sobre Capital Próprio Líquido atribuído aos dividendos	
Reunião do Conselho de ADM 25/09/2020 Pago em 21/10/2020	(8.170)
Reunião do Conselho de ADM 12/11/2020 a ser pago 26/02/2021	(5.886)
Reunião do Conselho de ADM 21/12/2020 a ser pago 31/03/2021	(5.134)
Saldo de Dividendos a Distribuir	6.589

21.2 Ações em Tesouraria

A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais		nº de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2019		249.671	873.497
Baixas no Período		(165.960)	(580.626)
Saldo em 31/12/2020		83.711	292.871
Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,75	5,30

A Companhia negociou 165.960 ações preferenciais no valor total de R\$ 1.708 mil, teve um ganho R\$ 1.127 mil, que está contabilizado na conta de reserva de ágio na alienação de ações próprias, no grupo de reserva de capital no Patrimônio Líquido.

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2020, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 1.130 mil (83.711 x 13,50).

B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias		nº de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2019		7.560	64.800
Saldo em 31/12/2020		7.560	64.800

Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2020, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 90,7 mil (7.560 x 12,00).

21.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014, a Companhia iniciou a constituição de reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado.

A Companhia também constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º.

Conforme art. 442 do Decreto 9.580/2018 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Reservas Incentivos Fiscais - Controladora e Consolidado	Valor em R\$
Saldo 31/12/2019	125.551
Aquisições Exercício	33.278
Aquisições Exercícios Anteriores	382
Saldo em 31/12/2020	159.211

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas Mercado Interno	590.625	691.461	927.157	961.091
Vendas Zona Franca de Manaus	-	-	4.530	3.736
Vendas Mercado Externo	232.902	244.765	331.367	307.702
Outras Vendas	18.218	19.042	19.739	19.366
Vendas Intercompanhia	1.775	3.780	-	-
Receita Operacional Bruta	843.520	959.048	1.282.793	1.291.895
(-) Devoluções e Abatimentos	(6.636)	(15.411)	(46.824)	(38.084)
(-) Impostos sobre as Vendas	(120.455)	(145.076)	(184.788)	(193.407)
Receita Líquida de Vendas	716.429	798.561	1.051.181	1.060.404

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre Capital de Giro	17.200	24.792	18.299	26.070
Juros sobre Financiamentos	6.312	9.555	6.156	9.726
Variação Cambial	339.428	129.084	370.164	142.334
Outras Despesas	14.804	2.574	15.073	2.680
Total de Despesas	377.744	166.005	409.692	180.810

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Variação Cambial	333.601	128.559	365.373	141.333
Aplicações Financeiras	19.572	17.508	19.812	18.359
Outras Receitas	56.465	5.002	57.359	5.594
Total de Receitas	409.638	151.069	442.544	165.286
Resultado Líquido Financeiro	31.894	(14.936)	32.852	(15.524)

NOTA 24 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2020 constam de acordo.

A Companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 18.245 mil (R\$ 15.508 mil em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e o valor de R\$ 26.503 mil (R\$ 18.021 mil em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado, referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		31/12/2020	31/12/2019
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro atribuível aos acionistas preferenciais		84.508	57.892
Lucro atribuível aos acionistas ordinários		57.311	39.261
Total		141.819	97.153
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		51.171	51.171
Quantidade de ações ordinárias emitidas		38.173	38.173
Total		89.344	89.344
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		1,65149	1,13135
Ação ordinária		1,50135	1,02850

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Controladora	887.244
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Consolidado	1.048.830

Além da cobertura detalhada acima, em 31/12/2020 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:

1. Lucros Cessantes;
2. Responsabilidade Civil;
3. Transportes;
4. Automóvel (Frota);
5. Vida em Grupo;
6. Assistência Viagem.

NOTA 27 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 51,5 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 17), e R\$ 46,3 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 34,5 milhões), garantir a linha de financiamento do PROEX (R\$ 11,1 milhões, na controlada).

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora				
Ativos Financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado ao Custo Amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	396.527	396.527	281.336	281.336
Clientes	181.622	181.622	144.379	144.379
Total	578.149	578.149	425.715	425.715

Controladora				
Passivos Financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Fornecedores	114.931	114.931	76.075	76.075
Empréstimos e Financiamentos	616.079	616.079	475.478	475.478
Total	731.010	731.010	551.553	551.553

Consolidado				
Ativos Financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado ao Custo Amortizado	Total
Equivalentes de Caixa	443.207	443.207	316.628	316.628
Clientes	320.187	320.187	254.513	254.513
Total	763.394	763.394	571.141	571.141

Consolidado				
Passivos Financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total
Fornecedores	137.499	137.499	83.591	83.591
Empréstimos e Financiamentos	687.652	687.652	535.080	535.080
Total	825.151	825.151	618.671	618.671

NOTA 29 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2019	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	859.590	204.594	1.064.184
Receita entre Segmentos		(3.780)	(3.780)
Receita de Clientes	659.422	148.367	1.060.404
Depreciação e Amortização	(35.520)	(5.776)	(41.296)
Ativo Imobilizado e Intangível	447.828	59.591	507.419
Em 31 de dezembro de 2020	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	794.022	258.934	1.052.956
Receita entre Segmentos		(1.775)	(1.775)
Receita de Clientes	794.022	257.159	1.051.181
Depreciação e Amortização	(36.547)	(6.336)	(42.883)
Ativo Imobilizado e Intangível	475.272	107.873	583.145

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.


A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	31/12/2020	31/12/2019
América Latina	15,56%	9,89%
EUA e Canadá	29,32%	41,10%
Europa	45,09%	44,63%
Outros	10,03%	4,38%

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.019	2.020	4T'19	4T'20
Lucro Líquido Exercício	97.153	141.819	21.684	82.357
(+) Tributos sobre o Lucro	(16.315)	34.726	(7.837)	23.844
(+) Despesas Financeiras Líquidas	15.524	(32.852)	1.486	(40.152)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	41.296	42.883	10.633	10.876
TOTAL	137.658	186.576	25.966	76.925
Receita Operacional Líquida	1.060.404	1.051.181	252.615	345.400
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	12,98%	17,75%	10,28%	22,27%



NOTA 31 – COVID - 19

A respeito da COVID-19, desde 31/12/2020 até a data de encerramento da auditoria das Demonstrações Financeiras em 29 de janeiro de 2021, nossa opinião, é que os reflexos na operação da Companhia, vem sendo sentidos de forma mais branda em relação ao início da pandemia, o cenário atual mostra uma demanda crescente por nossos produtos, o que reflete num maior otimismo para o ano de 2021.

Não obstante, a Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, para que adotem procedimentos preventivos quanto ao distanciamento social, seja interno ou externo, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado interno e externo.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer em nossas operações, na medida do possível e antecipadamente, vamos ajustando a operação para uma realidade que contemple um cenário atualizado, para que tais efeitos não afetem significativamente a liquidez da nossa Companhia. Assim, até o momento, não há risco eminente que possa vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Não ocorreram eventos significativos, entre a data de encerramento do exercício de 2020 e a elaboração das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar significativamente as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Companhia utilizou-se do mecanismo de banco de horas, antecipação de férias, férias coletivas normais, suspensão de contrato de trabalho e redução de salário e jornada, à praticamente todos os seus funcionários, visando minimizar os efeitos econômicos da operação.


A Companhia, através de seus canais de comunicações, orientou todos os funcionários em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na empresa ou em suas respectivas casas, abaixo algumas das ações:

- Higienização completa de ambientes
- Distribuição de Álcool em gel
- Distribuição de máscaras de proteção para todos os funcionários
- Campanha de conscientização de distanciamento social
- Home office, visando diminuir concentração de funcionários nas áreas administrativas
- Reuniões através de videoconferências.

Assim, com essas ações de prevenção, visamos conter a proliferação do vírus no ambiente de trabalho e domiciliar dos nossos funcionários.

Principais ações da companhia a partir de 01/04/2020:

- Concessão de férias aos trabalhadores das áreas produtivas e administrativas;
- Folgas utilizando de Banco de Horas para compensação futura com feriados não religiosos;
- Prorrogação de prazo de vencimento dos títulos junto aos fornecedores;
- Postergação por 06(seis) meses de empréstimos e financiamentos diretos e indiretos junto ao BNDES;
- Utilização de linhas de longo prazo para captar financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras;
- Postergação de FGTS a ser pago nos meses 04, 05 e 06/2020 em 06(seis) parcelas a partir de 07/2020;
- Postergação do pagamento do INSS Patronal a ser pago em 04, 05 e 06/2020, para 08, 10 e 11/2020 respectivamente;

- 
- Postergação do pagamento PIS/COFINS a ser pago em 04, 05 e 06/2020, para 08, 10 e 11/2020 respectivamente;
 - Redução de custos de toda ordem;
 - Renegociação de contratos de serviços e fornecimento de materiais em melhores condições;
 - Suspensão de contrato de trabalho para funcionários de nossa área produtiva de 60 dias para parte do quadro de trabalhadores, a partir de 04/05/2020;
 - Redução de jornada e salários por 90 dias àqueles que continuarão trabalhando, a partir de 04/05/2020.

Outras Informações Importantes:

- A exposição cambial líquida, total negativa de US\$ 6,5 milhões em 31/12/20, teve efeito somente na provisão de variação cambial passiva, sem efeito caixa. No restante das dívidas em dólar, estão garantidas por aplicações em dólar, câmbio pronto e cambiais vincendas.
- Até 31/12/20, não tivemos nenhum cliente que entrou em recuperação judicial. Também até o presente momento não temos indicações ou notícias de novas recuperações judiciais que possam nos afetar ou que indique inadimplência futura.
- No período em análise, verificou-se elevada ociosidade no mês 04/2020, mas a partir de 05/2020, a ociosidade voltou a condição normal, por conta das ações tomadas pela Companhia para redução de custo de toda ordem.
- Com a redução do 3º turno, tivemos algumas máquinas e equipamentos parados, mas em operação no 1º e 2º turno – Até o presente momento não tivemos nenhum equipamento ou máquina desativada. A partir do 3T2020, retomamos nossas atividades em níveis normais de produção.
- Identificamos que alguns fornecedores estão, neste momento, buscando as alternativas disponíveis para realizarem os seus ajustes operacionais necessários. Tivemos indicação que alguns fornecedores estão com dificuldades de atendimento aos nossos pedidos, mas a companhia está atenta e buscando alternativas para que não aja falta de materiais para atendimento à produção.
- A partir de 05/2020 notamos que houve uma melhora no cenário junto aos clientes das duas divisões de negócios, que demonstra que estão gradativamente retomando suas atividades na medida do possível. No 3T2020 e 4T2020 as vendas tiveram forte crescimento, principalmente da Divisão Compressores, na Divisão Automotiva iniciou-se um período de recuperação, principalmente nos produtos voltados ao segmento de caminhões.
- Nossos funcionários que estavam com contratos suspensos, retornaram aos seus postos de trabalho a partir de 06/07/2020, e os que estavam com redução de jornada de trabalho, voltaram a trabalhar sem redução a partir de 09/2020.
- É importante a imunização, através da vacinação em massa, iniciada pelo governo em 2021, atualmente em ritmo ainda lento, mas desta forma, irá tranquilizar a população e retomar a aceleração da atividade econômica no país.